

**REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024**

# REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.

## Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos Acionistas e Administradores da  
**REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Chamamos atenção a nota explicativa n.º 2.8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



**Shape the future  
with confidence**

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



**Shape the future  
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC 2SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', written over a horizontal line.

Adilvo França Junior  
Contador CRC 1BA-021419/O

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A..

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora			Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	
	(Reapresentado)			(Reapresentado)			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.284	299	84	8.039	6.651	69.745
Contas a receber de clientes	4	-	-	-	5.188	6.475	5.661
Contas a receber de partes relacionadas		-	-	710	-	-	-
Estoques		-	-	-	267	267	-
Dividendos a receber		263	62	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	4	2	1.915	1.288	2
Cauções e depósitos vinculados	5	-	-	-	5.459	2.844	-
Outros ativos		-	-	8	1.463	935	1.161
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.547</b>	<b>365</b>	<b>804</b>	<b>22.331</b>	<b>18.460</b>	<b>76.569</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Cauções e depósitos vinculados	5	-	-	-	106.455	82.571	9.963
Tributos diferidos		-	-	-	513	-	-
Outros ativos		10	1.204	1.519	807	1.204	1.519
Investimentos em controladas	6	142.552	109.685	91.121	-	-	-
Intangível, líquido		-	-	-	2.985	3.135	2.325
Imobilizado, líquido	7	-	-	1	169.277	185.114	205.765
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>142.562</b>	<b>110.889</b>	<b>92.641</b>	<b>280.037</b>	<b>272.024</b>	<b>219.572</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>144.109</b>	<b>111.254</b>	<b>93.445</b>	<b>302.368</b>	<b>290.484</b>	<b>296.141</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>							
Fornecedores	8	150	172	703	3.327	3.797	2.658
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	-	16.020	15.688	15.874
Contas a pagar partes relacionadas		-	-	123	-	-	-
Conta de ressarcimento	10	-	-	-	31.116	137	7.709
Passivo de arrendamento	11	-	-	-	-	197	404
Dividendos a pagar		478	-	-	478	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	22	20	18
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	-	490	482	809
Outros tributos a pagar		-	-	-	697	305	204
Outras obrigações		-	-	1	57	55	188
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>628</b>	<b>172</b>	<b>827</b>	<b>52.207</b>	<b>20.681</b>	<b>27.864</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	-	87.462	102.486	116.484
Conta de ressarcimento	10	-	-	-	14.371	42.757	34.056
Passivo de arrendamento	11	-	-	-	-	7.984	7.462
Provisão para desmobilização		-	-	-	4.659	4.145	17.657
Tributos diferidos		-	-	-	-	617	-
Outras obrigações		-	-	-	188	732	-
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>106.680</b>	<b>158.721</b>	<b>175.659</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital social subscrito e integralizado		118.784	116.929	115.979	118.784	116.929	115.979
Reserva de lucros		24.697	-	-	24.697	-	-
Prejuízos acumulados		-	(5.847)	(23.361)	-	(5.847)	(23.361)
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	12	<b>143.481</b>	<b>111.082</b>	<b>92.618</b>	<b>143.481</b>	<b>111.082</b>	<b>92.618</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>144.109</b>	<b>111.254</b>	<b>93.445</b>	<b>302.368</b>	<b>290.484</b>	<b>296.141</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	13	-	-	59.717	51.288
Custo de produção e operação de energia	14	-	(20)	(23.424)	(23.337)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>-</b>	<b>(20)</b>	<b>36.293</b>	<b>27.951</b>
Gerais e administrativas		(143)	(129)	(1.118)	(3.136)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(7)	(20)	592
<b>TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(143)</b>	<b>(136)</b>	<b>(1.138)</b>	<b>(2.544)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(143)</b>	<b>(156)</b>	<b>35.155</b>	<b>25.407</b>
Receitas financeiras		70	126	12.424	10.259
Despesas financeiras		(8)	(22)	(14.033)	(13.328)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	15	<b>62</b>	<b>104</b>	<b>(1.609)</b>	<b>(3.069)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	6	31.103	17.566	-	-
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>31.022</b>	<b>17.514</b>	<b>33.546</b>	<b>22.338</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(3.655)	(4.207)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	1.131	(617)
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO</b>	16	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.524)</b>	<b>(4.824)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>31.022</b>	<b>17.514</b>	<b>31.022</b>	<b>17.514</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	31.022	17.514	31.022	17.514
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>31.022</b>	<b>17.514</b>	<b>31.022</b>	<b>17.514</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de Lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>115.979</b>	-	-	<b>(23.361)</b>	<b>92.618</b>
Aumento de capital social		950	-	-	-	950
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.514	17.514
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>12</b>	<b>116.929</b>	-	-	<b>(5.847)</b>	<b>111.082</b>
Aumento de capital social		1.855	-	-	-	1.855
Lucro líquido do exercício		-	-	-	31.022	31.022
Constituição de reserva legal		-	1.259	-	(1.259)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	23.438	(23.438)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(478)	(478)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>12</b>	<b>118.784</b>	<b>1.259</b>	<b>23.438</b>	<b>-</b>	<b>143.481</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	(Reapresentado)			
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido do exercício	31.022	17.514	31.022	17.514
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	14	-	10.830	12.160
Atualização monetária sobre ressarcimento	10 e 15	-	991	(1.277)
Atualização da provisão para desmobilização	15	-	514	(666)
Juros sobre passivo de arrendamento	11 e 15	-	736	806
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	9 e 15	-	11.079	12.685
Tributos e contribuições sociais diferidos	16	-	617	617
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	5 e 15	-	(9.863)	(9.029)
Baixa de ativo imobilizado e intangível		1	-	1
Resultado de equivalência patrimonial	6	(31.103)	(17.566)	-
		<b>(81)</b>	<b>(51)</b>	<b>45.926</b>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>		<b>1.176</b>	<b>379</b>	<b>(459)</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(3)	(1.713)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	9	-	(9.627)	(10.567)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	11	-	(736)	(806)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais</b>		<b>1.095</b>	<b>325</b>	<b>33.391</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		-	(915)	(4.143)
Aumento de capital em controladas		(1.965)	(1.060)	-
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados		-	(10)	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de investimentos</b>		<b>(1.965)</b>	<b>(1.060)</b>	<b>(925)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures		-	950	950
Aumento de capital	12	1.855	-	1.855
Pagamentos de passivo de arrendamento (principal)	11	-	(163)	(193)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	9	-	(16.144)	(16.257)
Custo de empréstimos e financiamentos (custo de transação e prêmios)	9	-	-	(45)
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento		-	(16.626)	(66.423)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos</b>		<b>1.855</b>	<b>950</b>	<b>(31.078)</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>985</b>	<b>215</b>	<b>1.388</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		299	84	6.651
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.284</b>	<b>299</b>	<b>8.039</b>
		<b>6.651</b>	<b>8.039</b>	<b>6.651</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, Pinheiros, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 13 de julho de 2007, e tem por objeto social a participação exclusivamente no capital de suas sociedades controladas (EOL Vento Energias Renováveis S.A., EOL Wind Energias Renováveis S.A. e EOL Brisa Energias Renováveis S.A.), além da prestação de serviços de consultoria para terceiros relacionados aos negócios ou bens para desenvolvimento do objeto mencionado anteriormente.

A Companhia é controladora integral da Eólica Vento Energias Renováveis S.A. (Cassino I), Eólica Wind Energias Renováveis S.A. (Cassino II) e Eólica Brisa Energias Renováveis S.A. (Cassino III). A Companhia é controlada diretamente pela Auren Operações S.A. (anteriormente denominada de AES Brasil Operações S.A.), e indiretamente pela Auren Energia S.A.

As controladas incluídas nas demonstrações consolidadas, possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ("ANEEL") a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Fontes Alternativas ("LFA") e portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME"):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Cassino I (Vento)	02ºLFA/2010	153/2011	03/11/2011	03/02/2046	35 anos	2015	11	22,0	8,1
Cassino II (Wind)	02ºLFA/2010	162/2011	03/11/2011	03/02/2046	35 anos	2015	10	20,0	7,5
Cassino III (Brisa)	02ºLFA/2010	152/2011	03/11/2011	03/02/2046	35 anos	2015	11	22,0	8,6
							<b>32</b>	<b>64,0</b>	<b>24,2</b>

### Comercialização de energia

Em 03 de novembro de 2011, a Companhia e suas controladas assinaram o contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade de quantidade de energia elétrica, com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), por meio do qual venderá a totalidade de sua energia gerada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de janeiro de 2013.

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Cassino I (Vento)	02ºLFA/2010	Distribuidoras	77.964	310,29	jan/13	dez/32	IPCA	Novembro
Cassino II (Wind)	02ºLFA/2010	Distribuidoras	70.080	310,31	jan/13	dez/32	IPCA	Novembro
Cassino III (Brisa)	02ºLFA/2010	Distribuidoras	83.220	310,27	jan/13	dez/32	IPCA	Novembro
			<b>231.264</b>					

### 1.1. Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora direta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Em 28 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia e suas controladas consideraram as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### **2.2 Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis consolidadas de R\$29.876 (R\$2.221 em 31 de dezembro de 2023), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, apesar do risco de *constrained-off* mencionado na nota 17.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Continuação

### 2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia e suas controladas avaliaram os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.
---	--

### 2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

### 2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Continuação

### 2.8 Revisão de política contábil

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Empresa julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2023, foi reclassificado o valor de R\$277 na Controladora e R\$5.659 no Consolidado, da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”.

Adicionalmente, houve uma redução na atividade operacional de R\$277 na Controladora e R\$5.659 no Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

31/12/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	22	277	299	992	5.659	6.651
Investimentos de curto prazo	277	(277)	-	5.659	(5.659)	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	6.475	-	6.475
Estoques	-	-	-	267	-	267
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4	-	4	1.288	-	1.288
Dividendos a receber	62	-	62	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	2.844	-	2.844
Outros ativos	-	-	-	935	-	935
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>365</b>	<b>-</b>	<b>365</b>	<b>18.460</b>	<b>-</b>	<b>18.460</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	82.571	-	82.571
Outros ativos	1.204	-	1.204	1.204	-	1.204
Investimentos em controladas	109.685	-	109.685	-	-	-
Intangível, líquido	-	-	-	3.135	-	3.135
Imobilizado, líquido	-	-	-	185.114	-	185.114
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>110.889</b>	<b>-</b>	<b>110.889</b>	<b>272.024</b>	<b>-</b>	<b>272.024</b>
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>111.254</b>	<b>-</b>	<b>111.254</b>	<b>290.484</b>	<b>-</b>	<b>290.484</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS--Continuação

### 2.8 Revisão de política contábil--Continuação

31/12/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
<b>Atividades operacionais:</b>						
Lucro líquido do exercício	17.514	-	17.514	17.514	-	17.514
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>						
Depreciação e amortização	-	-	-	12.160	-	12.160
Atualização monetária sobre ressarcimento	-	-	-	(1.277)	-	(1.277)
Atualização da provisão para desmobilização	-	-	-	(666)	-	(666)
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	-	806	-	806
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	-	-	-	12.685	-	12.685
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	-	617	-	617
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(34)	34	-	(751)	751	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	-	-	-	(9.029)	-	(9.029)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	1	-	1	1	-	1
Resultado de equivalência patrimonial	(17.566)	-	(17.566)	-	-	-
	<b>(85)</b>	<b>34</b>	<b>(51)</b>	<b>32.060</b>	<b>751</b>	<b>32.811</b>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>	<b>382</b>	<b>(3)</b>	<b>379</b>	<b>5.074</b>	<b>17</b>	<b>5.091</b>
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	17	(17)	-	860	(860)	-
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	(263)	263	-	(5.751)	5.751	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3)	-	(3)	(3.512)	-	(3.512)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	-	-	-	(10.567)	-	(10.567)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-	-	-	(806)	-	(806)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais</b>	<b>48</b>	<b>277</b>	<b>325</b>	<b>17.358</b>	<b>5.659</b>	<b>23.017</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>						
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(4.143)	-	(4.143)
Aumento de capital em controladas	(1.060)	-	(1.060)	-	-	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de investimentos</b>	<b>(1.060)</b>	<b>-</b>	<b>(1.060)</b>	<b>(4.143)</b>	<b>-</b>	<b>(4.143)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>						
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	950	-	950	950	-	950
Pagamentos de passivo de arrendamento (principal)	-	-	-	(193)	-	(193)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-	-	-	(16.257)	-	(16.257)
Custo de empréstimos e financiamentos (custo de transação e prêmios)	-	-	-	(45)	-	(45)
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	-	-	-	(66.423)	-	(66.423)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos</b>	<b>950</b>	<b>-</b>	<b>950</b>	<b>(81.968)</b>	<b>-</b>	<b>(81.968)</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(62)</b>	<b>277</b>	<b>215</b>	<b>(68.753)</b>	<b>5.659</b>	<b>(63.094)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	84	-	84	69.745	-	69.745
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>22</b>	<b>277</b>	<b>299</b>	<b>992</b>	<b>5.659</b>	<b>6.651</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os Certificados de Depósitos Bancários e Operações compromissadas são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
	(Reapresentado)			(Reapresentado)		
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Numerário disponível	384	22	23	2.525	992	11.956
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	900	277	61	5.514	5.659	57.789
<b>Total</b>	<b>1.284</b>	<b>299</b>	<b>84</b>	<b>8.039</b>	<b>6.651</b>	<b>69.745</b>

Os Certificados de Depósitos Bancários e Operações compromissadas em 31 de dezembro de 2024 possuem liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 91,99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,00% em 31 de dezembro de 2023).

## 4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber de clientes por composição de saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Leilões de Energia Eólica	5.086	6.136
Mercado de curto prazo	102	339
<b>Total</b>	<b>5.188</b>	<b>6.475</b>

## 5 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>		
Garantias de financiamento (i)	5.459	2.844
<b>Subtotal</b>	<b>5.459</b>	<b>2.844</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Garantias de financiamento (i)	106.392	82.519
Depósitos vinculados	63	52
<b>Subtotal</b>	<b>106.455</b>	<b>82.571</b>
<b>Total</b>	<b>111.914</b>	<b>85.415</b>

- (i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívidas das suas controladas.

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>9.963</b>
Adições	97.420
Atualização monetária	9.029
Baixas e resgates	(30.997)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>85.415</b>
Adições	67.687
Atualização monetária	9.863
Baixas e resgates	(51.051)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>111.914</b>

## 6 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas diretas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2024	2023
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	142.552	109.685
<b>Total</b>	<b>142.552</b>	<b>109.685</b>

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Aumento de capital	Dividendos mínimos obrigatórios	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Brisa	42.270	-	(113)	11.920	54.077
Vento	39.080	410	(88)	10.654	50.056
Wind	28.335	1.555	-	8.529	38.419
<b>Total</b>	<b>109.685</b>	<b>1.965</b>	<b>(201)</b>	<b>31.103</b>	<b>142.552</b>

Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Aumento de capital	Dividendos mínimos obrigatórios	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Brisa	35.327	-	(62)	7.005	42.270
Vento	33.657	-	-	5.423	39.080
Wind	22.137	1.060	-	5.138	28.335
<b>Total</b>	<b>91.121</b>	<b>1.060</b>	<b>(62)</b>	<b>17.566</b>	<b>109.685</b>

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Percentual de participação	Valor do Ativo	Valor do Passivo	Valor do Patrimônio Líquido	Valor do Capital Social	Lucro líquido do exercício
Brisa	1.360.454	100%	111.890	57.813	54.077	38.255	11.920
Vento	3.362.364	100%	104.402	54.346	50.056	43.309	10.654
Wind	4.921.817	100%	85.510	47.090	38.420	41.241	8.529
			<b>301.802</b>	<b>159.249</b>	<b>142.553</b>	<b>122.805</b>	<b>31.103</b>

## 7 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

## 7 IMOBILIZADO--Continuação

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

### (a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	CONSOLIDADO			
	2024			2023
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,56%	55.147	(24.907)	30.240
Máquinas e equipamentos	3,63%	259.749	(125.953)	133.796
Móveis e utensílios e outros	6,25%	62	(33)	29
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>314.958</b>	<b>(150.893)</b>	<b>164.065</b>
Imobilizado em curso (i)		5.212	-	5.212
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>		<b>320.170</b>	<b>(150.893)</b>	<b>169.277</b>
Direito de uso de terreno arrendado		-	-	6.410
<b>Total</b>		<b>320.170</b>	<b>(150.893)</b>	<b>185.114</b>

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

### (b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	CONSOLIDADO				
	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (i)	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	55.147	-	-	-	55.147
Máquinas e equipamentos	259.692	-	-	57	259.749
Móveis e utensílios	62	-	-	-	62
Imobilizado em curso	4.304	911	-	(3)	5.212
Direito de uso de terreno arrendado	9.036	-	(9.036)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>328.241</b>	<b>911</b>	<b>(9.036)</b>	<b>54</b>	<b>320.170</b>
Depreciação/Amortização	(143.127)	(10.716)	2.956	(6)	(150.893)
<b>Total líquido</b>	<b>185.114</b>	<b>(9.805)</b>	<b>(6.080)</b>	<b>48</b>	<b>169.277</b>

	CONSOLIDADO						
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Baixas	Provisão para desmobilização	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	87.612	-	-	-	-	(32.465)	55.147
Máquinas e equipamentos	242.716	-	-	(270)	(16.621)	33.867	259.692
Móveis e utensílios	22	-	-	(20)	-	60	62
Imobilizado em curso	866	3.209	-	-	-	229	4.304
Direito de uso de terreno arrendado	8.610	-	426	-	-	-	9.036
<b>Subtotal</b>	<b>339.826</b>	<b>3.209</b>	<b>426</b>	<b>(290)</b>	<b>(16.621)</b>	<b>1.691</b>	<b>328.241</b>
Depreciação/Amortização	(134.061)	(12.036)	(1.094)	289	3.775	-	(143.127)
<b>Total líquido</b>	<b>205.765</b>	<b>(8.827)</b>	<b>(668)</b>	<b>(1)</b>	<b>(12.846)</b>	<b>1.691</b>	<b>185.114</b>

## 7 IMOBILIZADO--Continuação

### (b) Movimentação do ativo imobilizado--Continuação

- (i) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela remensuração da estimativa contábil daqueles que possuem contraprestação variável. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 8 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	123	123	371	644
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	-	-	203	234
Materiais e Serviços	27	49	2.753	2.919
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>172</b>	<b>3.327</b>	<b>3.797</b>

## 9 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo dos empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Consolidado							
	31/12/2024							
	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Empréstimos e Financiamentos								
BNDES	16.482	356	(818)	16.020	92.022	(4.560)	87.462	103.482
<b>Subtotal</b>	<b>16.482</b>	<b>356</b>	<b>(818)</b>	<b>16.020</b>	<b>92.022</b>	<b>(4.560)</b>	<b>87.462</b>	<b>103.482</b>
<b>Total da dívida</b>	<b>16.482</b>	<b>356</b>	<b>(818)</b>	<b>16.020</b>	<b>92.022</b>	<b>(4.560)</b>	<b>87.462</b>	<b>103.482</b>

	Consolidado							
	31/12/2023							
	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Empréstimos e Financiamentos								
BNDES	16.073	432	(817)	15.688	107.863	(5.377)	102.486	118.174
<b>Subtotal</b>	<b>16.073</b>	<b>432</b>	<b>(817)</b>	<b>15.688</b>	<b>107.863</b>	<b>(5.377)</b>	<b>102.486</b>	<b>118.174</b>
<b>Total da dívida</b>	<b>16.073</b>	<b>432</b>	<b>(817)</b>	<b>15.688</b>	<b>107.863</b>	<b>(5.377)</b>	<b>102.486</b>	<b>118.174</b>

## 9 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado
	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>132.358</b>
Encargos financeiros	10.340
Variação monetária	1.484
Pagamento de principal	(16.257)
Pagamento de encargos financeiros	(10.567)
Diferimento dos custos de transação	(45)
Amortização custos de transação	861
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>118.174</b>
Encargos financeiros	9.296
Variação monetária	967
Pagamento de principal	(16.144)
Pagamento de encargos financeiros	(9.627)
Amortização custos de transação	816
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2024</b>	<b>103.482</b>

Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
Empréstimo - BNDES	77.658	Dezembro de 2014	TJLP + 2,18%	Mensal	Mensal	36.667	Julho de 2032	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,3x$	Financiamento dos parques do Complexo Edílico Cassino
Empréstimo - BNDES	74.196	Dezembro de 2014	TJLP + 2,18%	Mensal	Mensal	35.019	Julho de 2032	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,3x$	Financiamento dos parques do Complexo Edílico Cassino
Empréstimo - BNDES	67.437	Dezembro de 2014	TJLP + 2,18%	Mensal	Mensal	31.796	Julho de 2032	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,3x$	Financiamento dos parques do Complexo Edílico Cassino

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Custos de transação	Total
2026	16.482	(818)	15.664
2027	16.482	(818)	15.664
2028	16.482	(818)	15.664
2029	16.482	(818)	15.664
2030	16.482	(818)	15.664
2031 em diante	9.612	(470)	9.142
	<b>92.022</b>	<b>(4.560)</b>	<b>87.462</b>

## 10 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre a Companhia e a CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até – 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Consolidado	
	2024	2023
<b>Passivo circulante</b>		
Conta de ressarcimento	31.116	137
<b>Passivo não circulante</b>		
Conta de ressarcimento	14.371	42.757
<b>Total passivo</b>	<b>45.487</b>	<b>42.894</b>

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>41.765</b>
Adição/Reversão	13.614
Amortização	(12.485)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>42.894</b>
Adição/Reversão	9.426
Amortização	(7.824)
Atualização monetária	991
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>45.487</b>

### **Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas**

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

## 10 CONTA DE RESSARCIMENTO--Continuação

### Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas--Continuação

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de c-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do c-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do c-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes aos ressarcimentos do período “definitivo” do c-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

## 11 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Passivo de arrendamento	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7.865</b>
Remensuração	509
Encargos financeiros	806
Pagamento de encargos financeiros	(806)
Pagamento de principal	(193)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>8.181</b>
Remensuração	(8.018)
Encargos financeiros	736
Pagamento de encargos financeiros	(736)
Pagamento de principal	(163)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>

- (i) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento. Ao se aplicarem as premissas do grupo Auren, concluiu-se pela necessidade de reavaliação recorrente da estimativa contábil daqueles contratos que possuem contraprestação variável atrelado ao faturamento. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

## **12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

---

### **12.1 Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$118.784 (R\$116.929 em 31 de dezembro de 2023) representado por 452.368.294.678 (452.366.439.678 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

#### **Aumento de capital**

Em 31 de março de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para tratar sobre o aumento de capital no montante de R\$200, mediante a emissão de 200.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174. Assim, o capital social da Companhia passou a ser de R\$117.129, dividido em 452.366.639.678 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2024, foi realizada a AGE para tratar sobre o aumento de capital no montante de R\$185, mediante a emissão de 185.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174. Assim, o capital social da Companhia passou a ser de R\$117.314, dividido em 452.366.824.678 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2024, foi realizada a AGE para tratar sobre o aumento de capital no montante de R\$1.470, mediante a emissão de 1.470.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174. Assim, o capital social da Companhia passou a ser de R\$118.784, dividido em 452.368.294.678 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### **12.2 Reserva de lucros**

#### **Reserva legal**

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$1.259.

#### **Reserva de investimentos**

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu uma reserva de investimentos no montante de R\$23.438.

## **12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO--Continuação**

---

### **12.3 Destinação dos resultados**

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia distribuiu R\$478 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

## **13 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

---

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

#### **(a) Receita de suprimento de energia elétrica**

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

#### **(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE**

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

## 13 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA--Continuação

### (c) Leilão de Fontes Alternativas (LFA)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Fontes Alternativas estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos de energia eólicos	66.092	58.600
Ressarcimento de energia	(1.804)	(1.983)
Mercado de curto prazo	1.319	1.380
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>65.607</b>	<b>57.997</b>
(-) PIS e COFINS	(984)	(3.161)
(-) ICMS	(4.906)	(3.548)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>59.717</b>	<b>51.288</b>

## 14 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2024	2023
<b>Custo da produção de energia elétrica</b>		
Contratos bilaterais	-	(1.125)
Contratos com partes relacionadas	(1.357)	(1.420)
Mercado de curto prazo	(31)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(2.462)	(2.999)
Taxa de fiscalização ANEEL	(293)	(280)
Outros custos operacionais	3	281
<b>Subtotal</b>	<b>(4.140)</b>	<b>(5.543)</b>
<b>Custo da operação</b>		
Serviços de terceiros	(6.800)	(5.267)
Material	(11)	833
Depreciação e amortização	(10.830)	(12.160)
Seguros	(1.675)	(1.005)
Arrendamentos e aluguéis	38	(189)
Contribuições setoriais	(6)	(6)
<b>Subtotal</b>	<b>(19.284)</b>	<b>(17.794)</b>
<b>Total</b>	<b>(23.424)</b>	<b>(23.337)</b>

## 15 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	9	36	540	1.133
Renda de cauções e depósitos judiciais	-	-	9.863	9.029
Atualização de créditos tributários	65	66	65	66
PIS e COFINS sobre receita financeira	(4)	(6)	(3)	(6)
Outras receitas financeiras	-	30	1.959	37
<b>Subtotal</b>	<b>70</b>	<b>126</b>	<b>12.424</b>	<b>10.259</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros de dívidas	-	-	(10.112)	(11.201)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	-	-	(967)	(1.484)
Juros sobre arrendamento	-	-	(736)	(806)
Atualização provisão desmobilização	-	-	(514)	666
Atualização ressarcimento	-	-	(991)	1.277
Outras despesas financeiras	(8)	(22)	(713)	(1.780)
<b>Subtotal</b>	<b>(8)</b>	<b>(22)</b>	<b>(14.033)</b>	<b>(13.328)</b>
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>104</b>	<b>(1.609)</b>	<b>(3.069)</b>

## 16 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro real.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

## 16 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL--Continuação

	Controladora			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>31.022</b>	<b>31.022</b>	<b>17.514</b>	<b>17.514</b>
Aliquota nominal	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal</b>	<b>(7.756)</b>	<b>(2.792)</b>	<b>(4.379)</b>	<b>(1.576)</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>				
<b>Adições (exclusões) permanentes:</b>				
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(37)	(13)	(29)	(11)
Resultado de equivalência patrimonial	7.776	2.799	4.171	1.502
Outros ajustes de impostos	17	6	237	85
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Composição dos tributos no resultado:</b>				
Corrente	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>Consolidado</b>			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>IRPJ/CSLL</b>				
Receita operacional tributável	59.573	59.573	66.549	66.549
Aliquota lucro presumido	8%	12%	8%	12%
Receita presumida	4.766	7.149	5.324	7.986
Outras receitas	5.585	5.585	6.559	6.559
Base de cálculo	10.351	12.734	11.883	14.545
Alíquota:	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(1.553)	(1.146)	(1.782)	(1.309)
Adicional (10%)	(964)	-	(1.116)	-
Outros ajustes	(22)	30	-	-
IRPJ e CSLL corrente	(2.539)	(1.116)	(2.898)	(1.309)
IRPJ e CSLL diferido	734	397	(401)	(216)
<b>Total tributos no resultado</b>	<b>(1.805)</b>	<b>(719)</b>	<b>(3.299)</b>	<b>(1.525)</b>

## 17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### 17.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

## 17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 17.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

Notas	Consolidado				Categoria	
	2024		2023			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (numeração disponível)	3	2.525	2.525	992	992	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (CDBs e Operações Compromissadas)	3	5.514	5.514	5.659	5.659	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4	5.188	5.188	6.475	6.475	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	5	111.914	111.914	85.415	85.415	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>125.141</b>	<b>125.141</b>	<b>98.541</b>	<b>98.541</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores	8	3.327	3.327	3.797	3.797	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	9	103.482	103.482	118.174	118.174	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	10	45.487	45.487	42.894	42.894	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	11	-	-	8.181	8.181	Custo amortizado
Dividendos a pagar		478	478			Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>152.774</b>	<b>152.774</b>	<b>173.046</b>	<b>173.046</b>	

### 17.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

##### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e cauções e depósitos vinculados.

##### Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

## 17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 17.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

##### (b.1) Risco de crédito--Continuação

##### Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.284	299	8.039	6.651
Contas a receber de clientes	-	-	5.188	6.475
Cauções e depósitos vinculados	-	-	111.914	85.415
<b>Total</b>	<b>1.284</b>	<b>299</b>	<b>125.141</b>	<b>98.541</b>

##### (b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	103.482	118.174
Caixa e equivalentes de caixa	(8.039)	(6.651)
Garantias de financiamento	(111.851)	(85.363)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(16.408)</b>	<b>26.160</b>
Patrimônio líquido	143.481	111.082
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>-11,44%</b>	<b>23,55%</b>

## 17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 17.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

##### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica "Empréstimos e financiamentos" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, as informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	3.327	-	-	-	-	3.327	3.797
Empréstimos e financiamentos	6.267	18.475	46.829	62.865	11.098	145.534	164.788
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	8.467
Dividendos a pagar	-	478	-	-	-	478	-
<b>Total</b>	<b>9.594</b>	<b>18.953</b>	<b>46.829</b>	<b>62.865</b>	<b>11.098</b>	<b>149.339</b>	<b>177.052</b>

##### (b.4) Riscos de taxas de juros

As controladas da Companhia possuem empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, estão expostas à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	900	277	5.514	5.659
Empréstimos e financiamentos	-	-	(98.104)	(111.980)
<b>Total</b>	<b>900</b>	<b>277</b>	<b>(92.590)</b>	<b>(106.321)</b>

O montante de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao TJLP e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo de exposição, visto que não há risco de oscilação devido às mudanças nas taxas de juro de mercado.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, ressarcimento e dívidas.

## 17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 17.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

##### (b.4) Riscos de taxas de juros--Continuação

Controladora			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Aplicações Financeiras	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	900	63	94	125	156	188
<b>Impacto no resultado</b>			<b>63</b>	<b>94</b>	<b>125</b>	<b>156</b>	<b>188</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>63</b>	<b>94</b>	<b>125</b>	<b>156</b>	<b>188</b>

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Aplicações Financeiras	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	5.514	383	575	766	958	1.150
<b>Impacto no resultado</b>			<b>383</b>	<b>575</b>	<b>766</b>	<b>958</b>	<b>1.150</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>383</b>	<b>575</b>	<b>766</b>	<b>958</b>	<b>1.150</b>

Ressarcimento			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(45.487)	(1.137)	(1.706)	(2.274)	(2.843)	(3.412)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(1.137)</b>	<b>(1.706)</b>	<b>(2.274)</b>	<b>(2.843)</b>	<b>(3.412)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(1.137)</b>	<b>(1.706)</b>	<b>(2.274)</b>	<b>(2.843)</b>	<b>(3.412)</b>

Dívidas			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			4,38%	6,56%	8,75%	10,94%	13,13%
Complexo Eólicio Cassino	TJLP	(98.104)	(6.529)	(8.715)	(10.910)	(13.105)	(15.301)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(6.529)</b>	<b>(8.715)</b>	<b>(10.910)</b>	<b>(13.105)</b>	<b>(15.301)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(6.529)</b>	<b>(8.715)</b>	<b>(10.910)</b>	<b>(13.105)</b>	<b>(15.301)</b>

Os montantes relacionados às dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custos de transação.

##### (b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2024 (vide nota explicativa nº 9).

A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia e suas controladas.

### 17.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (c) Outros riscos considerados relevantes

##### (c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da Auren, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo Auren no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável e determina as diretrizes a serem incorporadas na gestão cotidiana dos negócios da Auren, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

##### (c.2) Risco em renováveis não-hídricas

###### **Constrained-off de usinas eólicas**

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período definitivo (outubro de 2021 em diante).

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos por *constrained-off* serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

### 17.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

##### (c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

###### **Constrained-off de usinas eólicas--Continuação**

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ingressaram com ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar, o que foi concedido. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, é esperado que a CCEE divulgue em breve um calendário para reprocessamento dos ressarcimentos referentes ao período definitivo, com a apuração do ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021.